Aprovo o Caderno de Encargos.
A DIRETORA DE SAÚDE,

Maria Halpern Diniz

Assinado de forma digital por Maria Halpern Diniz
Dados: 2022.08.30 19:47:10 +01'00'

Maria Correia Diniz Júdice Halpern Diniz
Comodoro

Entidade Adjudicante **| SUPERINTENDÊNCIA DO PESSOAL**

Número Processo Despesa **| 3022013710**

Procedimento **| Ajuste Direto**

Objeto do Contrato **| Serviço de manutenção e certificação camaras HAUX**

CADERNO DE ENCARGOS

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS 2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais 2
Artigo 1.º | Objeto 2
Artigo 2.º | Contrato 2
Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato 2
Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços 2
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais 3
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário 3
Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário 3
Artigo 6.º | Conformidade dos serviços 3
Artigo 7.º | Inspeção dos serviços 3
Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias 4
Artigo 9.º | Receção dos serviços 4
Artigo 10.º | Aceitação dos serviços 5
Artigo 11.º | Rejeição dos serviços 5
Artigo 12.º | Garantia dos serviços 5
Artigo 13.º | Dever de sigilo 5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante 6
Artigo 14.º | Preço Base 6
Artigo 15.º | Preço Contratual 6
Artigo 16.º | Condições de pagamento 6
Artigo 17.º | Mora no pagamento 7
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato 7
Artigo 18.º | Penalidades contratuais 7
Artigo 19.º | Força maior 8
Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público 9
Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário 9
Artigo 22.º | Execução da caução 9
CAPÍTULO IV – Disposições Finais 10
Artigo 23.º | Comunicações e notificações 10
Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação 10
Artigo 25.º | Fiscalização 10
Artigo 26.º | Gestor do Contrato 11
Artigo 27.º | Foro competente 11
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS 11
Artigo 28.º | Requisitos Técnicos 11
ANEXO A - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO 12

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Superintendência do Pessoal – Direção de Saúde, doravante designado por contraente público.
2. Este procedimento foi autorizado por Despacho da Diretora de Saúde, de 30 de agosto de 2022.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
   a. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   b. O caderno de encargos e respetivos anexos;
   c. A proposta adjudicada;
   d. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.

Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços

1. Os serviços serão prestados no Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica, sito na Azinhaga Ulmeiros, 1649-020 Lisboa.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, o seguinte:
   a. Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;

b. Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.

3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do serviço.

4. Todas as despesas e custos com os serviços objeto do contrato para o local da prestação dos serviços são da responsabilidade do adjudicatário.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a. Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;

b. Obrigação de garantia dos serviços, caso aplicável;

c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;

d. Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 6.º | Conformidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato de acordo com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos.

2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, apuradas nos termos artigo 8.º n.º 1.

Artigo 7.º | Inspeção dos serviços

1. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às especificações e

requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase da inspeção, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso da inspeção indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.

3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.

Artigo 9.º | Receção dos serviços

1. Após a prestação dos serviços, deve ser emitida a respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:

   a. Número do Processo de Despesa (NPD);

   b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;

   c. Número do Compromisso;

   d. Morada;

   e. IBAN e código SWIFT;

   f. Endereço de Email;

   g. NIPC ou VAT NUMBER.

2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 10.º | Aceitação dos serviços

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos serviços objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 11.º | Rejeição dos serviços

1. Os serviços rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário.

Artigo 12.º | Garantia dos serviços

1. A garantia dos serviços importa sobre o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos serviços são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 13.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 14.º | Preço Base

1. O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de 268.327,22€ (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte e sete euros e vinte e dois cêntimos) (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.
2. Caso o procedimento seja constituído por lotes, deverá ser respeitado o preço base de cada lote definido no Anexo A, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado.

Artigo 15.º | Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 16.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência eletrónica.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.
6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas.

Artigo 17.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 5. do artigo anterior, quando aplicável.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato

Artigo 18.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
   b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1‰, por cada dia de atraso;
   c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5‰, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 2 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 22.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 23.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O segundo outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
   a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
   b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
   c. O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O segundo outorgante não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 25.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 26.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 27.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 28.º | Requisitos Técnicos

1. A Especificação Técnica faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo A.
2. As menções do presente caderno de encargos a produtos comerciais, marcas, patentes, tipos, origens ou modos de produção devem ser entendidas como sendo estas ou equivalentes, ao abrigo do artigo 49.º do CCP.

ANEXO A - Extensão do Fornecimento

ITEM	ARTIGO / SERVIÇO A ADQUIRIR	UND.FORNEC.	QUANTIDADE
1	SERVIÇO ANUAL DE MANUTENÇÃO E CERTIFICAÇÃO CAMARAS HAUX	EA	1

ANEXO B – Especificações Técnicas

1. OBJETIVO

O objetivo da presente especificação técnica é descrever as ações de manutenção que são necessárias efetuar para que as câmaras hiperbáricas do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica sejam certificadas e que possam operar em condições de serem utilizadas com todos os requisitos de segurança preconizados pelo fabricante e normativo em vigor.

2. DESCRIÇÃO

As câmaras hiperbáricas "HAUX – STARMED 2200/5,5/XLS" e "HAUX – STARMED 2200/10", devem ser alvo de um conjunto de ações periódicas imprescindíveis à sua operação em segurança, tais como, manutenção planeada de acordo com os requisitos do fabricante, manutenções que tenham sido recomendadas pela entidade certificadora na altura da última certificação realizada, testes de segurança efetuados por técnicos devidamente autorizados pelo fabricante e testes de funcionamento finais a efetuar por entidade certificadora.
Adicionalmente à necessidade de manutenção planeada, há necessidade de se efetuar algumas ações de manutenção corretiva.
Todas estas ações são descritas ao longo do presente documento que foi elaborado com base nas recomendações do fabricante dos equipamentos e que devem ser integralmente cumpridas.

3. MANUTENÇÃO PERIÓDICA PREVENTIVA DAS CÂMARAS DE ACORDO COM O MANUAL DO FABRICANTE

3.1. CÂMARA DE PRESSÃO

3.1.1. Efetuar retoques de pintura e reparar rincões.
3.1.2. Verificar rolamentos das portas, maçanetas e efetuar ajuste das portas.
3.1.3. Verificar e efetuar manutenção da haste de segurança, válvulas e vedações do bloqueio de alimentação.
3.1.4. Inspecionar as superfícies e vedações das janelas.
3.1.5. Verificar o revestimento de proteção contra corrosão do pavimento.
3.1.6. Verificar a fixação, meios de deslizamento e efetuar manutenção das rodas e do travão dos bancos.

3.1.7. Inspecionar quanto à corrosão, os supressores de som "PHONKILLER".
3.1.8. Verificar o funcionamento das válvulas de segurança.
3.1.9. Verificar a integridade (placa de identificação, etiquetas, etc.) da marcação pictogramas.
3.1.10. Efetuar reavaliação da soldadura da câmara 2200/10 – conforme relatório da DNV-GL, DE 22-12-2016, na página 2 de 2, alínea c) "repetir o teste raio-x à costura da soldadura o mais tardar após 5 anos (DEZ2021)".

3.2. ESTAÇÃO DE CONTROLE (ESTAÇÃO DE CONTROLE PRINCIPAL E PNEUMÁTICA)

3.2.1. Efetuar inspeção visual interna as estações de controlo
3.2.2. Efetuar teste e ajuste dos manómetros e sensores de pressão.
3.2.3. Substituir as sedes das válvulas, se necessário e ajustar o redutor de pressão.
3.2.4. Efetuar manutenção, ajuste, substituição dos anéis de vedação, se necessário, das "STARVALVES".
3.2.5. Efetuar manutenção, ajustar, substituir as vedações se necessário, da saída de ar rápida.
3.2.6. Verificar estado e tensão da correia dentada, efetuar manutenção e ajustar o sistema "VENMASTER / ME".
3.2.7. Efetuar manutenção e substituir os anéis de vedação se necessário, das válvulas de corte.
3.2.8. Efetuar manutenção, substituir os elementos vedantes se necessário, das válvulas de corte de abastecimento de O2.
3.2.9. Efetuar manutenção do redutor de pressão do ar de controlo para as válvulas pneumáticas.
3.2.10. Verificar a integridade (placa de identificação, pictogramas, etiquetas, etc.) da marcação pictogramas.
3.2.11. Efetuar manutenção do painel de operação secundário.
3.2.12. Efetuar manutenção do computador "DECOMAT / BUS".
3.2.13. Efetuar manutenção e ajuste do controlo remoto das "STARVALVES"
3.2.14. Verificar o monitoramento de TV.
3.2.15. Verificar o funcionamento do "TALKMASTER", telefone, comunicação do paciente.

3.3. SISTEMA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO "HAUX-SPRAY-FOG"

3.3.1. Substituir a água de combate a incêndio.
3.3.2. Substituir o forro do tanque de água (proteção anticorrosiva).
3.3.3. Inspecionar a mangueira de borracha de alta pressão.

3.4. ARMAZENAMENTO DE GÁS, PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO DE AR E O2

3.4.1. Efetuar manutenção do sistema de seleção de Ar, O2, MIX.
3.4.2. Efetuar manutenção, substituir os anéis de vedação se necessário, das válvulas de corte "MASTERVALVE".
3.4.3. Efetuar manutenção, substituir as peças de desgaste se necessário, dos redutores de O2.
3.4.4. Filtros sintetizados – Verificar os filtros, limpar se necessário e substituir as inserções dos filtros.

3.5. HAUX-AIRFIT

3.5.1. Efetuar manutenção ao sistema.

3.6. FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO / SISTEMA RESPIRATÓRIO

3.6.1. Efetuar manutenção ao sistema de seleção de gás respiratório.
3.6.2. Efetuar manutenção, substituição das peças de desgaste e teste do regulador de inspiração.
3.6.3. Efetuar manutenção e substituição das peças de desgaste dos acoplamentos rápidos "BIBS".
3.6.4. Efetuar limpeza, secagem, verificar o estado do diafragma, desmontar, limpar, aplicar lubrificante, desmontar, verificar a pressão de abertura da válvula limitadora de pressão negativa, verificar a função e estanqueidade, substituir os anéis de vedação e a sede da válvula do regulador de expiração.

3.7. SISTEMA ELETRÔNICO

3.7.1. Efetuar inspeção interna e externa à caixa de alimentação eletrônica.
3.7.2. Efetuar manutenção e realizar medição de isolamento da estação de controle.
3.7.3. Efetuar manutenção do controle remoto.
3.7.4. Efetuar manutenção e medição de isolamento dos motores.
3.7.5. Efetuar manutenção da UPS 230 V.

3.8. SISTEMA DE MONITORAMENTO, CONTROLE E GRAVAÇÃO COM SUPORTE DE COMPUTADOR

3.8.1. Efetuar manutenção do computador (DECOMAT, HMMS, BUS).
3.8.2. Efetuar manutenção do painel de operação secundário.

3.9. COMPRESSORES

3.9.1. Efetuar manutenção aos compressores de alta e baixa pressão de acordo com o manual do fabricante tendo em conta o tempo de funcionamento dos mesmos.
3.9.2. Efetuar substituição do vedante do veio do motor elétrico do compressor de ar de baixa pressão n°2.
3.9.3. Emissão de relatório das intervenções realizadas nos dois compressores, mencionando o tipo de intervenção, certificação do bom estado de funcionamento após a intervenção e próxima intervenção planeada que deve ser efetuada.
3.9.4. Efetuar análise da qualidade do ar com emissão do respetivo relatório.

3.10. VENTILADOR "SIARETRON 1000 IPEP"

3.10.1. Efetuar manutenção do ventilador de acordo com o fabricante contemplando a substituição da célula de oxigénio e das baterias se houver necessidade.

4. MANUTENÇÃO CORRETIVA DA CÂMARA 2200/5.5/XLS

4.1. Efetuar reparação das células de O2.
4.2. Efetuar beneficiação dos pontos de corrosão.
4.3. Substituir o "BUS-SYSTEM" de acordo com a recomendação da Haux e relatório da DNV-GL.
4.4. Efetuar substituição dos sensores do oxigénio expirado do sistema respiratório e dos sensores de O2 do oxímetro das duas câmaras
4.5. Efetuar reparação do sistema mecânico dos braços das cadeiras.
4.6. Efetuar verificação/manutenção e substituição do sistema se necessário, das válvulas de expiração (oferecem muita resistência, ao fim de pouco tempo após a manutenção e da sua utilização).
4.7. Substituição do vidro do relógio da Relógio câmara 1.
4.8. Efetuar verificação dos equipamentos médicos do módulo da monitorização arterial invasiva e proceder à sua reparação caso necessário (nem sempre faz leitura).

5. MANUTENÇÃO CORRETIVA DA CÂMARA 2200/10

5.1. Efetuar correção das inconformidades de software.
5.2. Efetuar beneficiação dos pontos de corrosão.
5.3. Substituir o "BUS-SYSTEM" de acordo com a recomendação da Haux e relatório da DNV-GL.
5.4. Substituição dos sensores do oxigénio expirado do sistema respiratório e dos sensores de O2 do oxímetro das duas câmaras.

5.5. Efetuar a instalação de um monitor no interior da câmara por forma a que o profissional de saúde tenha acesso à monotorização dos doentes (O monitor e consola de controle encontram-se atualmente no exterior da câmara, o que limita o enfermeiro a ter uma visualização da hemodinâmica de forma célere, fazendo-o através da vigia da porta).

6. **Manutenção geral de equipamentos específicos**

6.1. Efetuar verificação/Manutenção de todas as UPS existentes no CMSH
6.2. Efetuar verificação/manutenção de todas as válvulas redutoras e sua substituição, caso necessário.
6.3. Efetuar substituição dos sensores do oxigénio expirado do sistema respiratório e dos sensores de O2 do oxímetro das duas câmaras;
6.4. Efetuar substituição de um fone, por não funcionamento;
6.5. Efetuar substituição das duas almofadas auriculares de outro fone, por a mesma se encontrar deteriorada.
6.6. Colocação de um "T" nos pontos necessários, nos painéis de manómetros das duas câmaras, por forma a, que o ISQ, consiga calibrar os manómetros dos referidos painéis das câmaras no local.
6.7. Efetuar verificação e testes de funcionamento da bomba de circulação de água do aquecimento.
6.8. Efetuar manutenção, certificação e calibração das 4 seringas infusoras:
Ref: 016117 / 17584847;
Ref: 016117 / 17584848;
Ref: 016117 / 18908857;
Ref: 016117 / 18908859;
6.9. Efetuar manutenção, certificação e calibração dos 4 aspiradores de secreções Weinmann:
Haux: JZ70570001
Haux: 0000735348 (2)
Haux: 0000776621 (3)
Haux: 0000775578 (4)
6.10. Efetuar manutenção, certificação e calibração dos Debitómetros de fluxo tendas:
Haux: HX 1204/56 (2)
Haux: Nº serie: 4257 (4)
Haux: HX0101033 (1)
Haux: HX0809017 (3)
6.11. Efetuar manutenção, certificação e calibração dos Debitómetros de fluxo tendas com fluxímetro:
Haux: N35758/018
Haux: N35758/006

7. CERTIFICAÇÃO

7.1. Providenciar testes e certificação anual das duas câmaras através de entidade recomendada pelo fabricante.

7.2. Emitir relatório de todos os testes efetuados assim como certificado de conformidade até a data da próxima certificação.

8. DOCUMENTOS

Deve ser entregue a seguinte documentação:

8.1. Relatórios de todas as ações de manutenção realizadas.
8.2. Relatórios de todos os testes efetuados.
8.3. Relatórios e certificados de calibrações e ajustes efetuados a aparelhos de medida e controlo.
8.4. Certificado final de conformidade.

9. POC

- CTEN EN-MEC Mariana Batista Duarte.
  CHEFE DA SECÇÃO DME1, tel. +351 210901399, e-mail: dn.dme1chefe@marinha.pt